

Calendário agroecológico do Coletivo ROMZÃ: uma interface entre espaços, língua, educação e produção de alimentos no semiárido¹

Luiza Reis do Nascimento / UFMG - BR

Rebeca Cássia Andrade / UFMG - BR

Resumo: Os modos de produção coloniais de alimentos têm nos levado a emergências climáticas que afetam as formas de vida no planeta. Contrapondo-se a esse modelo, destacam-se as resistências de povos tradicionais, como o Coletivo de Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Xakriabá, o ROMZÃ localizado na Terra Indígena Xakriabá (TIX). Este grupo busca construir refúgios sustentáveis dentro da sua realidade semiárida, agravada pelas Mudanças Climáticas, promovendo esperança na relação com a terra, o território e na produção de alimentos. O artigo relata o processo de criação de um calendário agroecológico interativo de plantio e colheita, iniciado em 2021 pelo edital Urbe Urge do BDMG. O calendário propõe um fortalecimento e integração entre as demandas do PNAE e do PAA com a produção dos agricultores familiares da TIX. Além disso, a iniciativa transborda fronteiras disciplinares, ao estimular discussões sobre retomadas de conhecimentos e sobre a revitalização da língua Akwê-Xakriabá. Em 2024, o calendário tem sido aprimorado com apoio de projeto pela Inter-American Foundation, agora com a tradução para o idioma Akwê e impressão em maior escala para distribuição nas escolas da TIX.

Palavras-chave: Calendário sociocultural, Xakriabá, Colaboratividade, Agroecologia, Semiárido.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

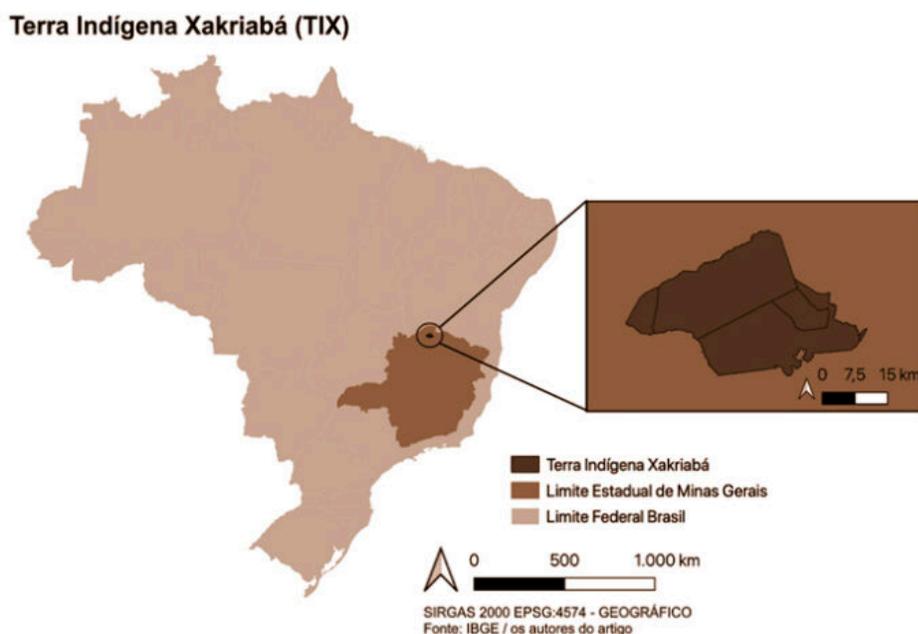
1. PARTIDA

ROMZÃ é uma palavra que na língua Akwẽ Xakriabá significa “semente”. Também é o nome de um Coletivo de Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Xakriabá, formalizado em 2020. Esse coletivo tem o intuito de apoiar os/as produtores/as indígenas na luta pela soberania alimentar, hídrica e pelo acesso ao trabalho e a renda. De modo transversal a essas dimensões, as ações da agricultura familiar no território indígena Xakriabá têm sido impactadas pelos desafios locais causados pelas mudanças climáticas globais.

A Terra Indígena Xakriabá está localizada no extremo norte do estado de Minas Gerais (Figura 1), em um ecossistema caracterizado pelo encontro entre os biomas cerrado e caatinga. O semiárido, com suas especificidades biogeográficas, historicamente, enfrenta dificuldades no acesso à água, situação que foi agravada tanto pela colonização (aldeamentos forçados) quanto pela intensificação do modo de produção capitalista, afetando os modos de vida locais. Durante o período de seca, que se estende de abril a setembro, a ausência de chuvas faz com que muitos cursos d'água sequem dentro do território, tornando o acesso à água ainda mais difícil.

Embora os modos de vida nessas regiões estejam adaptados a essas adversidades, é comum ouvir relatos de indígenas Xakriabá sobre o aumento de secas e das temperaturas. As mudanças climáticas afetam os seres e coletivos do planeta de maneira desigual. Deste modo, são uma realidade que precisa ser compreendida em profundidade para que se possam traçar caminhos de enfrentamento, resiliências e resistências adequados às especificidades ambientais, sociais, culturais e cosmológicas locais.

Figura 1 - Mapa contexto da Terra Indígena Xakriabá



Fonte: Revista do BDMG Cultural, nº 9 (2023).

Nesse contexto, o Coletivo de Agricultores e Agricultoras ROMZÃ ressalta a importância das *re-existências* diante das mudanças climáticas. Através de modos de produção baseados em saberes ancestrais de cultivo, a agricultura familiar indígena demonstra que existem alternativas viáveis e urgentes de se produzir. Outras relações com a terra *urgem*.

Apesar da recente formalização do ROMZÃ, o histórico da organização coletiva e da produção agrícola Xakriabá é muito antigo, e seu trabalho vem de muito antes. A relação desses indígenas com a agricultura no semiárido é longínqua e habilidosa, traçando parceria com culturas como feijões, abóboras, mandiocas e milhos desde muito antes da chegada e invasão dos portugueses ao Brasil (ANDRADE, 2019).

A fim de apoiar o coletivo ROMZÃ, em 2021, formou-se um grupo de praticantes indígenas e não indígenas comprometidos com o bem viver e o cultivo agroecológico, que implicam em produzir alimentos sem venenos e com atenção aos conhecimentos, ciências, epistemologias e empirismos locais. Esse grupo inscreveu-se no edital/programa do BDMG² Cultural, chamado "Urbe Urge: Respostas à Emergência Climática". O edital fortaleceu alianças que já existiam, entre praticantes de resistências aos modos de produção e reprodução do

² Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais.

antropoceno (LATOURE, 2020) e direcionou as parcerias em torno de um objeto comum, o enfrentamento à emergência climática. Tudo isso em meio aos desafios impostos pelas restrições causadas pela pandemia de Covid-19, contexto global durante a realização do programa.

O edital, servia de ferramenta para pautar demandas coletivas, como as do recém criado ROMZÃ. O projeto “Mapeamento colaborativo das práticas do ROMZÃ: Coletivo dos Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Xakriabá” foi realizado entre junho e dezembro de 2021. Seu objetivo central foi mapear as atividades realizadas por mais de 20 famílias de agricultoras e agricultores associadas/os e assim apoiar ações de fortalecimento do coletivo, por exemplo, na ampliação do acesso à mercados de venda, a partir de editais de compra de alimentos pelas escolas locais. Dentro do programa Urbe Urge estavam previstas discussões, reuniões, conversas e ações colaborativas para produção de novas redes de aliança e superação dos desafios que urgem *na* e *com a* influência da urbe.

Um dos resultados dos trabalhos do ROMZÃ, junto ao Urbe Urge, foi a criação de um calendário interativo de plantio/colheita - o Calendário Agroecológico (Figura 2) -, baseado em práticas pedagógicas territorializadas e de temporalidade circular já utilizadas pelos Xakriabá (CRUZ, 2023; CORRÊA, 2018), que ilustram diversos aspectos da vida comunitária, sociocultural e cosmológica deste povo indígena.

Figura 2 - Primeira versão do Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Os trabalhos com o ROMZÃ, via Urbe Urge, proporcionaram a produção colaborativa de conhecimentos a partir do encontro entre distintos campos do conhecimento acadêmicos - como as áreas de arquitetura, design e agronomia - com epistemologias próprias do povo indígena Xakriabá; de modo a se fazer, produzir e circular conhecimentos coletivos, resilientes, contemporâneos e ancestrais.

Ainda assim, é possível que você, leitor/a, esteja se perguntando qual a relação do povo indígena Xakriabá com a urbe? É sobre esses e outros questionamentos que se dedica o tópico a seguir.

2. O QUE URGE NA URBE?

Para responder a esta pergunta, é preciso refletir sobre o contexto sócio-espacial mineiro como um todo; como se deu a formação dos territórios que hoje existem, do modo como existem?

Os Xakriabá são reconhecidos como "antigos habitantes do Vale do São Francisco" (CORRÊA, 2019, p.18). No século XVII, ocupavam diferentes áreas no Brasil Central entre Tocantins, Goiás e Minas Gerais (CORRÊA, 2019). Os Xakriabá compõem a maior população indígena do estado de Minas Gerais, com aproximadamente 11 mil pessoas distribuídas em 35 aldeias, ocupando um território de 54 mil hectares. Em 1728, recebem o título de posse de suas terras, conforme relata Célia Xakriabá (CORRÊA, 2018). No entanto, nos anos 1970 e 1980, a expansão agrícola e a construção de grandes empreendimentos, como barragens, usinas hidrelétricas e latifúndios agrícolas, agravaram a pressão pela terra na região e ameaçaram modos de vida tradicionais, causando deslocamento de comunidades e degradação ambiental.

Em resposta, os Xakriabá organizaram-se politicamente, criando associações e movimentos para recuperar seus territórios tradicionais e fortalecer sua identidade cultural. Após intensas reivindicações e conflitos, a Terra Indígena Xakriabá (TIX) foi finalmente homologada em 1987. A organização e as lutas por retomadas de terra seguem ainda hoje, pois a área reconhecida pelo estado brasileiro é bastante inferior à que se havia definido no antigo documento de doação (CORRÊA, 2018).

Mas qual seria a relação entre a Terra Indígena Xakriabá, localizada no interior de Minas Gerais, com os contextos urbanos e o que “urge nas urbes”? Para isso, recorreremos à reflexão de Roberto Monte-Mór, que propõe o termo *urbanismo extensivo* (MONTE-MÓR, 2004, p. 945),

que é uma ideia que complexifica as fronteiras convencionais entre o rural e a cidade. No contexto atual, as distinções entre cidade e campo se dissiparam, dando lugar a uma interdependência crescente entre ambos. As cidades não se limitam mais a áreas geográficas específicas, mas se estendem através de redes complexas de infraestrutura e serviços que abarcam até mesmo as regiões rurais e remotas (MONTE-MÓR, 2004). A presença do urbano não se restringe apenas à materialidade das cidades, mas também se manifesta como um modo de vida que permeia todo o tecido social. Consumo, lazer, trabalho, bens, serviços, (...), são formas em que o urbano se faz presente em contextos sócio-espaciais.

Enquanto as áreas urbanas expandem suas redes de produção, consumo e serviços, as zonas rurais são integradas cada vez mais profundamente nesse sistema. Não é que cidade e campo operem de modo igual, mas estão sujeitos à mesma lógica produtiva-consumista; as causas de sua produção são comuns, embora os produtos não precisem ser os mesmos. A urbanização extensiva não apenas transforma o espaço geográfico, mas também reconfigura as relações sociais e a economia política, impondo uma lógica urbano-industrial que redefine o significado de "urbano" no contexto contemporâneo brasileiro. Este fenômeno não é exclusivo das grandes metrópoles, e ocorre de forma disseminada por todo o país, criando novas configurações espaciais e desafiando as concepções tradicionais de urbanidade e ruralidade, a partir de uma relação difusa e extensa do urbano (MONTE-MÓR, 2004, p. 945).

Tendo em vista essa forma urbana extensa, voltamos ao questionamento: “o que Urge na Urbe?” e porque é importante pensar na Urbe em momentos de urgência global, mesmo em contextos extra-cidade. A complexa pergunta foi colocada pelo programa Urbe Urge - uma parceria entre o BDMG Cultural e o grupo de pesquisa Cosmópolis, da Escola de Arquitetura da UFMG - para os diferentes coletivos que se envolveram em 2021³. Havia coletivos dedicados: à criação de tecnologias ambientais sustentáveis para apartamentos e a partir de bambus; à questão da gestão de resíduos sólidos em vila da capital mineira; à produção e reprodução de vidas e territórios quilombola, indígena e de mulheres e seus coletivos sem terra. Diante de tal diversidade sociocultural e ambiental, as respostas para “o que urge na urbe?” são várias e, muitas se colocam na forma de mais questionamentos.

³ Para maiores informações veja o site do programa Urbe Urge disponível em: <<https://bdmgcultural.mg.gov.br/urbeurge/coletivos/>>.

"Urge" vem de urgência, de emergência. Representa uma postura crítica em relação às ações humanas que estão levando às mudanças climáticas. Poluição, inundações, deslizamentos de terra, contaminação dos rios, mineração, dependência de combustíveis fósseis e expansão predatória das cidades. Essas ações e consequências, nos levam a questionar os modos de existência da maioria dos humanos no planeta, e a buscar alternativas em prol das vidas. "Urbe" refere-se aos centros de poder, onde são tomadas decisões de impacto global, destacando a dimensão urbana, seguindo a lógica do urbanismo extensivo e seus impactos em territórios globalmente. Além disso, o *urbano* é também objeto de estudo de arquitetos e urbanistas (quem propuseram o edital).

Assim, urgências planetárias indicam necessidade de transformações coletivas: "reinventar cidades, promover a coexistência harmoniosa entre humanos e a natureza, encarar a Emergência Climática, criar condições para o florescimento de ecologias inclusivas e multiespécies (...)" (URBE URGE, 2021, s/p). Baseado em tudo isso, o programa Urbe Urge, teve o objetivo de apoiar financeiramente e conceitualmente seis (06) "projetos inovadores que integram conhecimentos diversos e saberes tradicionais, buscando soluções sustentáveis e urgentes para a regeneração urbana e ambiental" (URBE URGE, 2021, s/p).

O programa promoveu a discussão de questões emergenciais da vida no presente, com proposições para construir *futuros*, a partir da confluência de saberes: universitários, urbanos e também tradicionais. Nesse contexto, reuniram-se um arquiteto (Tito), uma agrônoma (Rebeca) e uma educadora e agricultora Xakriabá, secretária do ROMZÃ (Zeza), com o projeto *Mapeamento colaborativo das práticas do ROMZÃ – Coletivo dos Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Xakriabá*, que, além de várias trocas de experiências, culminou na criação do Calendário Agroecológico, assunto deste texto.

O Coletivo ROMZÃ contrapõe-se aos modos de produzir alimentos coloniais, que têm contribuído enormemente para todas essas urgências/emergências apontadas pelo Urbe Urge. Produzir de maneira familiar e “sem venenos” é uma resistência e a confluência com os não indígenas nesse programa/edital foi uma forma de buscar parcerias para fortalecer o trabalho, em coletivo, na cidade também. Neste sentido, consideramos as implicações propostas por Monte-mór (2005) com a “urbanização extensiva”, que evidenciam as interdependências entre aquilo que está fora do perímetro urbano oficial e sua área de abrangência: o tecido espacial como um todo. Zonas chamadas rurais também estão sujeitas a lógicas da cidade. A produção de

alimentos no campo, por exemplo, está muito ligada a decisões, ações e demandas que são feitas na cidade, do mesmo modo que a cidade se alimenta daquilo que vem do campo.

No caso dos Xakriabá e de outros povos tradicionais, os impactos da urbanização extensiva produz dinâmicas de dependência de práticas urbanas no que diz respeito à geração de emprego e renda para acesso a alimentos e outros bens básicos (MONTE-MÓR e GOMES, 2020; ANDRADE, GOMES, CAMPOS, 2021). Nesse contexto, situações de migração de jovens em busca de trabalho fora do território são frequentes. A saída dos/as jovens, absorvidos/as por dinâmicas de trabalho externas, em grande parte insalubres e pouco rentáveis, têm impactos diretos na produção e reprodução sociocultural de comunidades tradicionais, como é o caso dos Xakriabá.

A produção de alimentos, a educação tradicional, a relação das novas gerações com o território, como corpo material e simbólico indígena, são algumas das dimensões importantes a serem afetadas pela migração dos/as jovens. Ciente disso, o ROMZÃ busca ampliar as oportunidades de trabalho e renda para os/as jovens, pois considera que contribuir para a permanência e qualidade de vida da juventude é agir também para o fortalecimento da identidade, dos conhecimentos, epistemologias, ontologias e cosmologias do seu povo indígena Xakriabá.

Em apoio aos anseios do ROMZÃ, a proposta de trabalho do grupo dentro do Urbe Urge consistiu em fazer um mapeamento colaborativo das práticas de agricultores e agricultoras ligadas ao coletivo dentro da TIX. Ao mapear tais práticas, o projeto buscava reconhecer o conjunto das variedades e quantidade de alimentos produzidos, assim como identificar práticas agroecológicas e tradicionais realizadas. Fez parte do mapeamento também o levantamento dos desafios enfrentados pelos/as agricultores/as, em especial, aqueles relacionados com o agravamento das condições climáticas do semiárido, sentidas localmente e reconhecidas como interferência das mudanças climáticas globais. A produção do mapeamento foi se desdobrando em outras reflexões e materialidades e o trabalho foi criando uma rede de ações junto do ROMZÃ, que se estende até hoje, mesmo com o encerramento do programa Urbe Urge.

Um dos primeiros objetivos do ROMZÃ era apoiar os/as agricultores/as associados ao coletivo no acesso a mercados mais estáveis, como os possibilitados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para isso, foi importante identificar e mapear as práticas agrícolas realizadas pelo próprio grupo, “afinal, cada

unidade familiar tem uma produção distinta, além de dinâmicas e desafios particulares que interessam ao ROMZÃ gerenciar coletivamente” (ANDRADE, Rebeca C.; CAMPOS, Thiago B.; NASCIMENTO, Luíza R.; XAKRIABÁ, Zeza; 2023, s/p). Nesse sentido, o mapeamento proposto por Tito, Rebeca e Zeza apresentava-se como uma ferramenta muito importante para articular a ação do ROMZÃ, inserindo-a no edital do Urbe Urge.

E foi lidando com a dimensão espacial do mapeamento, que as dimensões tempo e materialidade da atividade agrícola emergiram como fatores relevantes a serem considerados. “Isso levou a algumas perguntas importantes: o que o ROMZÃ produz em cada época do ano e o que pode ser oferecido aos editais de compra de alimentos das escolas?”, como refletiram Autores (ANDRADE, Rebeca C.; CAMPOS, Thiago B.; NASCIMENTO, Luíza R.; XAKRIABÁ, Zeza; 2023, s/p).

Assim, a atuação do ROMZÃ para articular o PNAE e o PAA com agricultores familiares e escolas aparece como um ponto chave. As políticas públicas do PNAE e PAA são importantes formas de incentivar a produção de pequenos agricultores, pois fornecem um mercado de compradores (escolas da rede pública) certo e constante. Essa garantia é fundamental para quem produz. Ter um local onde escoar sua produção, ou seja, um mercado, é um dilema para muitos produtores.

No entanto, ainda que essas políticas públicas (PAA e PNAE) sejam de fato importantes, não existe qualquer forma instituída de comunicação entre as escolas e os produtores, ou seja, as escolas - oficialmente - não têm um canal de comunicação direta com quem produz para saber o que estará disponível em cada época. Com isso, sem saber se em agosto é viável produzir quiabo, por exemplo, as escolas lançam os pregões de compras com listas que, muitas vezes, não fazem sentido para aquele produtor que cultivava sem sementes geneticamente modificadas ou selecionadas, não usa agrotóxicos e segue a sazonalidade em seu plantio.

O povo Xakriabá tem uma relação ancestral com a agricultura, o extrativismo e a caça praticadas no semiárido (ANDRADE, 2019). A diversidade de alimentos de importância na soberania e cultura alimentar Xakriabá que se coletam, produzem e circulam nas casas, festas e rituais, roças é enorme. Têm-se:

as mandiocas (diversas variedades de mandioca brava e mansa), os milhos crioulos, os feijões (vários tipos como o feijão rosinha, o feijão catador e a feijoa), as abóboras, o maxixe, o pequi, a cabeça de nego, o

imbu, as carnes de caça e, mais recentemente, os porcos e as galinhas (ALKIMIM, CAMPOS, ANDRADE, 2021, s/p).

Se tais alimentos se produzem e circulam internamente no território, por que eles não devem estar também no cotidiano das escolas? É o que se perguntavam os/as agricultores/as que se juntaram para formar o ROMZÃ. A merenda escolar muitas vezes age, também, de forma colonizadora ao expor comunidades tradicionais, como as comunidades indígenas, à alimentos exóticos à sua cultura alimentar. Alimentos esses frequentemente ultraprocessados como enlatados (salsicha, almôndegas, etc.), concentrados (sucos em pó, achocolatados, temperos químicos), entre outros. Alimentos de baixíssima qualidade para a saúde. "Merenda que não era comida", como citou Zeza durante os trabalhos junto ao Urbe Urge (ALKIMIM, CAMPOS, ANDRADE, 2021, s/p). Ainda neste sentido, Zeza explica:

Esses “alimentos” (entre aspas), vindos de cima para baixo, prejudicavam a saúde e enfraqueciam a tradição de comer e produzir alimentos locais. A implementação do PNAE, surgiu como um aliado para a mudança que diretoras, diretores, professoras, professores, lideranças e a comunidade Xakriabá desejavam: a merenda deveria voltar a ser comida (ALKIMIM, CAMPOS, ANDRADE, 2021, s/p).

Assim, dentro da atuação do grupo no Urbe Urge, estruturou-se um pensamento cujo horizonte era organizar no tempo a produção da terra e, assim, contribuir para a presença dos alimentos locais nas escolas a partir da gestão coletiva. Inicialmente, a identificação do que se produzia localmente, a partir do mapeamento, foi pensada para ser registrada em uma linha do tempo. Nesta linha, se pontuaria o que se produzia, quando produzia e quando se colhia. Porém, Zeza Xakriabá alertou que não é assim que o povo Xakriabá pensa. O tempo Xakriabá não poderia ser desenhado em uma linha. Ele é um círculo (Figuras 3, 4 e 5), ela alertou durante os trabalhos do projeto.

Figura 3 - Calendário Sociocultural pintado em parede durante atividade em escola Xakriabá



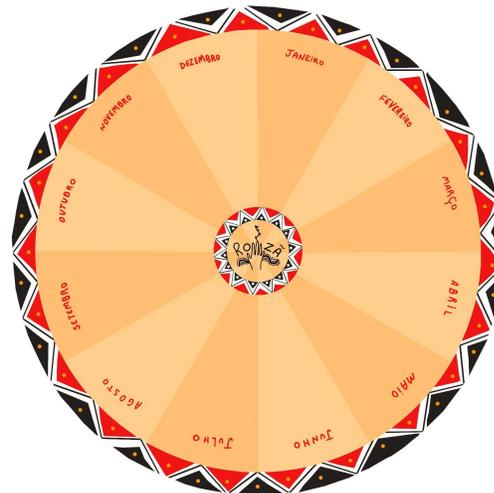
Fonte: BDMG Cultural.

Figura 4 - Linha do tempo da educação Xakriabá



Fonte: Célia Xakriabá 2018.

Figura 5 - Imagem do arquivo digital do Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita Xakriabá



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Diante do posicionamento de Zeza sobre o tempo circular Xakriabá, houve a necessidade de um repensar metodológico. Os saberes técnicos arquitetônicos, de design e agrônômicos precisavam se admitir incompletos e dialogar com os saberes ancestrais que Zeza mobilizava. Deparados/as com este desconcerto e encontro epistemológico, ontológico e político, o grupo resgatou uma metodologia validada localmente e utilizada nas escolas Xakriabá para organizar o tempo e o currículo diferenciados: a metodologia dos Calendários Socioculturais (CRUZ, 2013; CORRÊA, 2018). Inspirados/as por esse trabalho, criou-se colaborativamente o Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita Xakriabá, que articula o espaço (roças), a educação (escolas) e a produção de alimentos no semiárido (Coletivo ROMZÃ). A metodologia do trabalho seguiu os caminhos conforme descreveram:

Essa tecnologia, reúne conhecimentos ancestrais da temporalidade indígena Xakriabá e da prática de produção agrícola tradicional e familiar, junto de conhecimentos da agronomia (planejamento produtivo e escalonar de produção), da arquitetura e do design (a organização visual de informações, a diagramação de dados, a representação gráfica e a concepção de objeto-material). O calendário foi produzido desse modo, em diálogo, através de reuniões virtuais e mensagens no celular. A construção do material gráfico contou com desenhos já conhecidos e apresentados por Zeza Xakriabá. Esses desenhos, realizados por jovens Xakriabá, foram reunidos de maneira digital no Photoshop e, posteriormente, foram impressos em papel adesivo (ANDRADE, Rebeca

C.; CAMPOS, Thiago B.; NASCIMENTO, Luíza R.; XAKRIABÁ, Zeza; 2023, s/p).

Conforme descrevem, o calendário, na sua materialidade impressa, se tornou um produto, mas também uma “ferramenta disparadora de diálogos no território, quando chegou às mãos dos agricultores” (ANDRADE, Rebeca C.; CAMPOS, Thiago B.; NASCIMENTO, Luíza R.; XAKRIABÁ, Zeza; 2023, s/p). Importante pontuar que, embora a parceria tenha tecido redes valiosas, todo esse processo era limitado pelo tempo de um edital. No futuro, essa limitação não iria impedir a continuidade do trabalho conjunto, como veremos a seguir neste texto. O calendário e, mais importante, as confluências, retornariam e se desdobrariam em outras ações.

Após o fim do edital, o trabalho em torno do calendário seguiu. Através de uma análise sensível e crítica do uso do protótipo do calendário na dinâmica do grupo de agricultores e agricultoras do ROMZÃ, percebeu-se que novos materiais poderiam ser mobilizados para fazer uma interface mais apropriável. O que tinha sido notado é que, imprimir o calendário em adesivo, fazia com que ele tivesse um uso quase único, pois não era possível ficar descolando os adesivos dos alimentos sempre, isso criava um engessamento que não nos interessava. O desejo para o calendário era justamente ser uma ferramenta de registro da dinâmica, do movimento, da vida e das produções agrícolas do coletivo ROMZÃ.

Assim, a partir de muitas conversas com diversos parceiros e amigos, chegou-se em outras materialidades: a base do calendário seria feita em tecido e os alimentos seriam bottoms/broches (Figura 6). Dessa forma, a interface pode ser usada quantas vezes preciso for. Essa versão está em teste no território atualmente e foi base para a próxima versão, que segue feita em tecido, mas agora incorpora os nomes dos alimentos no idioma Akwẽ-Xakriabá. A versão traduzida conta com o apoio financeiro da Inter-American Foundation.

Figura 6 - Arquivo digital dos broches dos alimentos, traduzidos para Akwẽ



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

O Calendário, como interface, nasce com objetivo de articular as produções do Coletivo ROMZÃ com as compras de alimentos pelas 11 escolas sede e seus endereços associados na TIX. Como ferramenta, dispara diálogos sobre a produção familiar no território, mas também possui limitações. O Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita é uma novidade em certos aspectos, portanto exige-se um esforço em construir formas de inseri-lo no cotidiano dos agricultores, que já têm muitas preocupações em seus trabalhos diários. O mesmo pode ser dito das escolas, que já têm suas metodologias de compra de alimentos instauradas. Assim, adotar o calendário como interface exige então uma revisão desses processos já sistematizados.

Com apenas um Calendário no Território, não é possível ainda medir as transformações que seu uso pode trazer, portanto, embora seja uma ferramenta construída coletivamente, pautada por conversas e reflexões, ela ainda é muito jovem e muito contingenciada por limitações de logística, tempo e recursos. O Calendário (Figura 7) articula os espaços, os tempos, a educação, a produção de alimentos e, futuramente, a língua Akwẽ, mas precisa de mais fôlego e esforços para estar presente no cotidiano dos produtores de alimentos e das escolas.

Figura 7 - Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita, versão impressa em tecido



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

Uma das possibilidades que se apresentam para aumentar essa presença é fazer um número maior de calendários, para que sejam testados de maneira mais ampla, e conduzir

oficina/workshop com os agricultores do ROMZÃ e servidores responsáveis pela compra dos alimentos para as escolas, apresentando a ferramenta e discutindo mais possibilidades de uso cotidiano.

3. TRADUÇÕES

Tendo em vista potencialidades e limitações do Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita Xakriabá, e com desejo de torná-lo uma ferramenta ainda mais transdisciplinar e com outros usos, Zeza sugeriu que fosse feita a tradução dos alimentos para a língua ancestral dos Xakriabá, o Akwẽ-Xakriabá. Com essa tradução, o Calendário adquire outro papel nas escolas, passando a ser também uma ferramenta pedagógica que, além de contextualizar a produção da terra no espaço, também pode ensinar/recordar a língua ancestral. Assim, o Calendário realiza interface entre espaços, língua, educação e produção de alimentos no semiárido. Tudo isso pautado pela resistência dos Xakriabá em diversas frentes: retomadas (terra-território), revitalização do idioma (língua ancestral) e cultivo familiar e agroecológica (produção no semiárido).

O idioma Akwẽ-Xakriabá faz parte do tronco Macro-Jê, na família Jê, que é subdividida em três ramos. O Akwẽ está ligado ao ramo do Jê Central, dos povos do centro-oeste, nordeste e parte do sudeste brasileiro. "De acordo com narrativas Xakriabá, Xerente e Xavante, esses povos dos três X reconhecem-se como parentes e guardam na memória que historicamente compartilharam território e faziam parte de uma única família" (CORRÊA, 2018, p. 24).

Akwẽ quer dizer *gente*, e é uma autodeterminação dos Xakriabá, Xavante (A'we), Xerente e Akroá-Mirim. Essas nomenclaturas distintas, para se referir aos habitantes de cada lugar (centro-oeste, nordeste e sudeste), foram criadas por colonos, para separar grupos e, segundo anciãos Xakriabá, dividir o que antes já fora um só povo (MOTA, 2020, p.35).

Por esse parentesco linguístico, a revitalização do Akwẽ-Xakriabá passa, invariavelmente, pelo estudo do Xerente, que é um idioma em uso, de referência lexical e gramatical. No entanto, como propõe Liliane (MOTA, 2020), é preciso passar as palavras do Xerente por um filtro Xakriabá ("*Xakriabalização*"), para que o idioma seja mais coerente com a realidade fonética do povo Xakriabá (p.38).

Atualmente, a grafia das palavras em Akwẽ-Xakriabá misturam a grafia da língua Xerente com a grafia que viajantes europeus registraram no passado e também com alguns

registros de anciãos Xakriabá. Isso produz uma diversidade de registros possíveis, o que pode gerar confusão no emprego das palavras e insegurança na adoção cotidiana. A grafia Xerente, especialmente, faz muito uso de consoantes seguidas, sem vogais entre elas, o que é uma forma de difícil aprendizado para os falantes de português que tentam aprender a língua. Isso tudo é considerado por Liliane ao propor caminhos para a revitalização do Akwẽ-Xakriabá.

A revitalização das línguas indígenas é um processo de grande complexidade e sensibilidade. Para reconstruir uma língua, existem níveis diversos que devem ser considerados, o léxico propriamente, mas também a sintaxe, a morfologia, a fonologia e a aplicação pragmática.

As violências do processo colonial foram e são muitas e, o adormecimento do Akwẽ-Xakriabá, antes de sua descrição, é uma dessas formas de imposição da colonização. A língua, como a terra-território, é um pilar de um povo, fundamenta bases culturais, sagradas e a vida cotidiana. Assim, mesmo com o estabelecimento de uma língua única - o português -, existem ainda registros e memórias das línguas tradicionais. Essa possibilidade de resistência subsidia a hipótese de que a língua é viva, está viva, e que uma tradição se faz a partir das condições materiais de seu estabelecimento passado, presente e futuro.

Mesmo com a insistência colonial, Liliane relata que existem alguns registros de falas de antepassados, feitos por parentes ainda vivos (como o vocabulário de José Alves e de Jair Somõri Xakriabá) (MOTA, 2020, p.10). Em seu trabalho, ela também nos conta que viajantes estrangeiros (o alemão Eschwege, o francês Saint Hilaire e outro alemão, Karl Friedrich Philipp von Martius) fizeram listagens e comentários de vocabulários Akwẽ-Xakriabá (MOTA, 2020, p.10).

Ademais, os cantos são importantes instrumentos de resistência, e permanecem hoje como "uma das principais ferramentas de uso da língua para o povo Xakriabá" (MOTA, 2020, p.22). Para os Xakriabá, existe uma conexão direta entre a luta pela demarcação de suas terras e os cantos; cantos como armas para lutar pelo território, conforme fala Deda, uma liderança cultural Xakriabá: "*quando eles começaram a cantar em língua Akwẽ os homens de terno começou dizendo: eles são índios de verdade*" (MOTA, 2020, p.17). A língua fortalece o corpo, a mente e a alma.

A partir da leitura do trabalho de Liliane e de conversas com algumas pessoas do Território, compreende-se que as escolas no território (PIEI⁴, 1995) foram fundamentais para o processo em curso de revitalização do Akwẽ-Xakriabá. Elas foram nomeadas na língua Akwẽ, a partir de traduções de raízes Xerente. O trabalho do ex-cacique Rodrigo (Manoel Gomes de Oliveira) também foi fundamental para isso, uma vez que, como liderança, foi responsável por reivindicar uma educação diferenciada (que já estava prevista na Constituição Federal de 1988).

Assim, entra nas escolas, aprovado em 2018, uma disciplina “Akwẽ”, com uma aula semanal. Segundo Liliane, a disciplina é trabalhada usando apostilas com palavras soltas (MOTA, 2020, p.33). O esforço em traduzir o calendário agroecológico se insere nessa mesma iniciativa das palavras soltas, mas, dessa vez, contextualizadas em um instrumento pedagógico outro, dentro do universo da produção de alimentos - do cultivo e lida com a terra -, no tempo.

A tradução do Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita, a partir de uma sugestão de Zeza, evidencia a confluência de saberes. Foi, através de sua sensibilidade e sabedoria, que ela propôs que uma ferramenta que antes servia majoritariamente a um propósito - de organizar a compra dos alimentos entre escolas e agricultores do ROMZÃ -, tornasse-se um instrumento pedagógico mais amplo.

Zeza é educadora e também agricultora. A conexão entre essas dimensões não parece evidente para os habitantes das cidades, a distância entre essas expertises parece muito grande para quem consome alimentos vindos apenas de supermercados. No cotidiano, fora da cidade e, especialmente na Terra Indígena Xakriabá, esses universos podem estar bem mais próximos. Quem cultiva sabe como a terra ensina muito e quem está na escola sabe que uma roça possui conhecimentos que apenas no manejo pode-se acessar. Portanto, traduzir os alimentos para o idioma Akwẽ faz com que o calendário adquira mais uma camada de sentido. Além de conectar escolas e produtores e organizar demandas de produção e compra de alimentos, serve também como interface pedagógica pela qual as crianças e jovens podem aprender palavras no idioma tradicional enquanto articulam conhecimentos que têm sobre o cultivo da terra. A língua adquire um tom lúdico e uma presença material diferente, não só em papel e quadro branco, ela está condicionada a um instrumento ligado à produção da terra.

⁴ Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG).

4. FUTUROS

Diante das emergências climáticas que nos provocam, é preciso recorrer a alternativas para a resistência e resiliência de pessoas e territórios impactados de maneira desigual por seus efeitos. Não só a produção de alimentos deve ser repensada, é preciso questionar toda a relação com a terra e seu cultivo. Essa provocação não tem por objetivo a (re)invenção de uma nova vida, sua intenção é instigar o reconhecimento de atuações resistentes e entender como podemos trabalhar para o bem-viver; voltar-se para tradições contracoloniais (SANTOS, 2023), modos de cultivo familiares, saberes ancestrais. Esses conhecimentos, junto do conhecimento científico, universitário, a partir da agroecologia e do design, por exemplo, têm uma capacidade transformadora. Não apenas pela confluência do encontro, mas também pela dimensão coletiva dessa ação.

Em seu último livro publicado no Brasil, Nastassja Martin, antropóloga francesa, vai buscar respostas com os even⁵ sobre sobrevivência em meio às crises sistêmicas, com foco nas mudanças climáticas. Ela demonstra como é importante aprender junto de um povo que sofreu e sofre constantes tentativas de arruinamento, por parte de diferentes instituições políticas e, sobretudo, por parte de um modo de produção. É por estarmos sujeitos também a esse modo de viver, moderno-capitalista, que ela vai buscar traduzir respostas even às crises sistêmicas: como nós podemos nos afetar e reagir às nossas ruínas, nossas emergências climáticas?

Partindo disso, entendemos que existem alianças que podem nos ajudar a esperar futuros. Para imaginar juntos, é fundamental reconhecer erros e acertos passados, bem como realidades contemporâneas não-hegemônicas. Quais são os papéis dos habitantes da cidade junto das resistências de indígenas aldeados? No contexto dos Xakriabá, do ROMZÃ, agricultores do semiárido, as resistências são muitas; como podemos trabalhar juntos, mesmo que em contextos diferentes? Quais são as nossas responsabilidades diante do futuro que se anuncia? Rejeitamos respostas simples para questões complexas, pois nos interessam os questionamentos propositivos.

O Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita propõe a integração entre as demandas do PNAE e do PAA com a produção dos agricultores familiares da TIX, criando um instrumento para mediar a relação entre escolas e produtores. Estando na escola, o calendário

⁵Os Evens são um povo da Sibéria e extremo leste da Rússia que vivem em Kamchatka e partes norte da República da Iacútia, a leste do Rio Lena. Eles são também os interlocutores de pesquisa da antropóloga Nastassja Martin.

pode servir como instrumento pedagógico que catalisa conversas com estudantes sobre o cultivo da terra de onde eles vivem, sobre os alimentos que sustentaram e sustentam sua cultura alimentar e, ao propor uma tradução da interface para a língua Akwẽ-Xakriabá, em processo de revitalização, tentamos evidenciar a conexão da terra com a língua.

Nesse processo todo, os vínculos entre espaço-tempo, língua e terra, salas de aula e cultivo agrícola, foram tornando-se mais notórios, enquanto pautas de luta, desde a colonização até hoje, com a emergência climática. A sugestão de uma interface como o Calendário Agroecológico Interativo de Plantio e Colheita, contingenciada por limitações de tempo, recursos e distanciamento, exige uma abertura para reavaliação constante, bem como ação a partir de diálogos no território e na cidade.

O calendário busca fortalecer a produção do Coletivo de Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Xakriabá, como instrumento que faz mediação entre o que é produzido pelo ROMZÃ e um comprador dessa produção, as escolas. Como interface, ele aproxima mundos que já coexistem, por exemplo, muitos agricultores têm filhos que estudam nas escolas dos territórios. Além disso, o calendário pode ter a função de instrumento pedagógico, incentivando a troca de saberes sobre o cultivo e cuidado com a terra e o idioma Akwẽ.

A descrição do processo de criação conjunta do calendário tem por objetivo refletir criticamente sobre o processo como um todo, entendendo especialmente o papel da cidade, da universidade e das alianças nos territórios, na terra e seu cultivo, como esse espaço de resistência conjunta. É preciso unir esforços para o enfrentamento das mudanças que foram vividas, que se apresentam e aquelas que se anunciam.

O processo de vivência colaborativo que gerou o Calendário Agroecológico do ROMZÃ produziu alianças, consolidou parcerias, produziu novos conhecimentos e afetou modos de agir e pensar circulares e contínuos. Capacidades de co-criação e co-decisão se fizeram ativas no desejo coletivo de superação do individualismo de sujeitos e também de práticas de conhecimento. Ciências ancestrais, relacionadas aos tempos dos cultivos, das plantas, das chuvas, das luas, das ideias, das conversas, dos sonhos, se encontraram, tensionaram e dialogaram com as ciências acadêmicas mobilizadas. Saberes sobre o planejamento da produção agrícola e o manejo agroecológico foram ampliados no encontro com os saberes da tradição agricultora Xakriabá. Alimentos, terra, água, vento e sol dialogaram sobre o modo de produzir no semiárido. Experimentamos modos de organizar e dar forma às ideias e pensamentos, de materializar

soluções. Co-elaborando e co-laborando, aprendemos um pouco mais sobre o significado de trabalhar juntos na produção de re-existências.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rebeca Cássia. (2019). Resistências Semiáridas: sobre a produção e circulação de conhecimentos pela rede sociotécnica do milho, estiagem e os indígenas Xakriabá do norte de Minas Gerais. 319 p. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANDRADE, Rebeca C.; CAMPOS, Thiago B.; NASCIMENTO, Luíza R.; XAKRIABÁ, Zeza. Inteligência Humana e Ancestral: Uma produção colaborativa de saberes performados no diálogo entre praticantes indígenas e não indígenas das áreas da arquitetura, design e agronomia. **Revista do BDMG Cultural**, n. 9, 2023. Disponível em <<https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/inteligencia-humana-e-ancestral/>>. Acesso em 7 jul. 2024.

ANDRADE, Rebeca C.; GOMES, Ana Maria Rabelo; CAMPOS, Marden B.. (2021). A força comunitária indígena: reflexões com os Xakriabá no Brasil em tempos de Covid-19. **Confluente**. v.13, n.1, p. 105-124.

CORRÊA, Célia (XAKRIABÁ, Célia). (2018). O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada. 218 p. **Dissertação** (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CRUZ, Fernanda Gonçalves de Oliveira da. (2013). A proposta do método indutivo intercultural e do calendário sociocultural nas escolas Xakriabá. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura FIEI) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GOMES, Ana. M. R. O processo de escolarização dos Xacriabá: história local e os rumos da proposta de educação escolar diferenciada.. In: Leoncio Soares; Maria Amélia Giovanetti; Nilma Lino Gomes. (Org.). **Diálogos na Educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autentica, 2005, v. , p. 185-204.

MOTA, Liliane. Estudo sobre o léxico Akwê Xakriabá: uma proposta de escrita e uma chamada para a revitalização da língua. (2020). **Trabalho de conclusão de curso**. Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), Línguas Artes e Literatura (LAL) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2020/TCC-2020-Liliane.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. (2005). What is the urban in the contemporary world. **Cadernos de Saude Publica**. v. 21, n.3, p. 942-48.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo; GOMES, Ana Maria Rabelo. (2020). Duas décadas de pesquisa com os Xakriabá do Norte de Minas: do diagnóstico da economia ao monitoramento da pandemia da Covid-19. **Nova Economia**. v. 30, n.3, p. 747-769.

MARTIN, Nastassja. (2023). **A Leste dos Sonhos: Respostas Even às Crises Sistêmicas**. Tradução de Camila Boldrini. Editora 34.

SANTOS, Antônio Bispo dos. (2023). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.

URBE URGE. **Edital Urbe Urge** (2021). Disponível em: <<https://bdmgcultural.mg.gov.br/2021/03/o-que-urge-na-urbe/>>. Acesso em: 07 jul. 2024.